

que constitui grande parte da vitalidade da chamada filosofia continental a ser desenvolvida no séc. XXI, e na qual participam, entre outros, Giorgio Agamben e Slavoj Žižek.

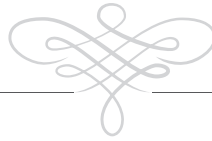
Bibliog.: impressa: DELEUZE, Gilles, *Logique du Sens*, Paris, Les Editions de Minuit, 1969; *Id.*, e GUATTARI, Felix, *O Anti-Édipo, Capitalismo e Esquizofrenia*, vol. 1, Lisboa, Assírio e Alvim, 2004; FOUCAULT, Michel, “The subject and power”, in DREYFUS, Hubert L., e RABINOW, Paul (coords.), *Michel Foucault: beyond Structuralism and Hermeneutics*, Chicago, University of Chicago Press, 1983, pp. 208-226; FREUD, Sigmund, “Three essays on sexuality”, in STRACHEY, J. (coord.), *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*, vol. 7, London, The Hogarth Press, 1968, pp. 125-243; HORNEY, Karen, *The Collected Works of Karen Horney*, 2 vols., New York, W.W. Norton, 1964; KOFMAN, Sarah, *The Enigma of Woman: Woman in Freud’s Writings*, Ithaca, Cornell University Press, 1985; MEYER, Catherine et al., *Le Livre Noir de la Psychanalyse*, Paris, Les Arènes, 2005; MILLER, Jacques-Alain et al., *L’Anti-Livre Noir de la Psychanalyse*, Paris, Seuil, 2006; QUEIRÓS, Alírio, *A Recepção de Freud em Portugal: 1900-1956*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009; STANNARD, David, *Shrinking History: on Freud and the Failure of Psychohistory*, Oxford, Oxford University Press, 1982; WEBSTER, Richard, *Freud Esta-va Errado. Porquê?: Pecado, Ciência e Psicanálise*, Porto, Campo das Letras, 2002; **digital:** BASTOS, José Gabriel Pereira., “Da investigação por objetivos à antropologia dos processos identitários: um ponto de vista transdisciplinar e integrativo”, *Etnográfica*, vol. 18, n.º 2, 2014, pp. 341-364: <http://etnografia.revues.org/3718> (acedido a 3 nov. 2017).

MARIA JOÃO NOBRE

Patologia

O vocábulo “patologia” deriva etimologicamente dos étimos gregos “pathos” e “logos”. O primeiro deles, e a despeito da sua longuíssima tradição enquanto *terminus technicus*, significa aquilo que sucede a uma pessoa ou a uma coisa, uma experiência, emoção ou paixão, ou seja, designa um sofrimento – qualquer coisa em relação à qual se é passivo ou que se sofre; o segundo, e também a despeito das suas múltiplas traduções, utilizações e derivações, inclusive enquanto *terminus technicus*, introduz, no caso em questão, a ideia de discurso, razão, explicação ou estudo. Assim, a patologia é o estudo do sofrimento, ou, na sua aceção moderna, o estudo da doença – a tentativa de produzir um discurso que dê conta do que é o sofrimento ou a doença.

Entendida deste modo, a patologia tem uma história tão antiga quanto a própria medicina. No âmbito da tradição ocidental, ou, por outras palavras, no âmbito das diversas tradições que compõem aquilo que designamos uniformemente como tradição ocidental, a sua origem remonta aos antigos egípcios. Prova disso são o papiro Edwin Smith (séc. XVII a.C.), que regista 48 casos de feridas e fraturas (algumas na medula espinal), cada um deles acompanhado de um texto introdutório, uma lista de sintomas significativos, um diagnóstico e ainda um tratamento recomendado, aos quais se acrescenta, por vezes, uma explicação dos termos menos familiares; e o papiro Ebers (séc. XVI a.C.), que, apesar do seu carácter mágico, porquanto abre com um feitiço a ser dirigido aos deuses e executado aquando da



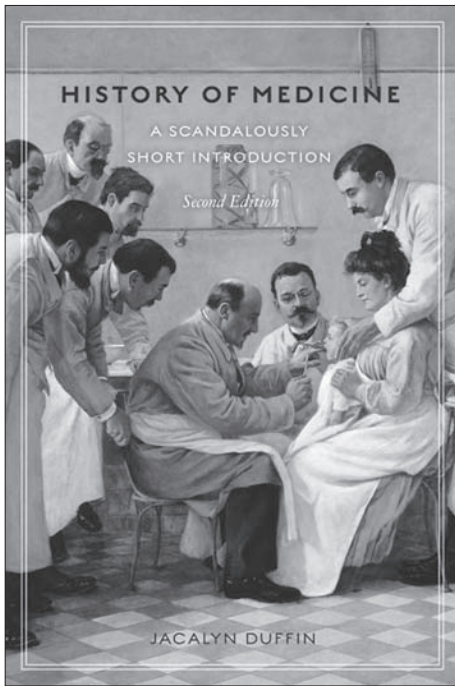
aplicação de um medicamento a qualquer parte do corpo, não deixa de conter informação considerada médica, como seja a identificação de remédios para problemas gástricos e unguentos para problemas de pele.

No entanto, e por mais relevantes que possam ser, o facto de serem tratados fragmentários e com resquícios de fetichismo leva a que o documento decisivo para a constituição de uma arte ou perícia médica seja o *corpus hippocraticum* – a coletânea de textos que resta da escola de Hipócrates (c. 460 a.C.-c. 375 a.C.). De entre o *corpus*, com importância determinante para a patologia, destaca-se a obra *Sobre a Doença Sagrada*, mais conhecida pelo seu título latino *De Morbo Sacro*. As razões que fazem com que este texto mereça especial atenção desenham-se logo nas suas primeiras linhas. Nelas, o autor declara a sua intenção de tratar da doença sagrada (epilepsia), não enquanto sagrada, *i.e.*, de origem divina, mas enquanto doença natural, com causas que são perfeitamente identificáveis assim que se supera a in experiência daqueles que lidam com ela, o espanto perante as suas manifestações sintomáticas e a falta de conhecimento acerca das coisas que são propriamente divinas e das que não são. Opõe-se, por isso, à conceção falsamente médica ou terapêutica daqueles que designa por magos, purificadores (que se servem de processos purgativos), sacerdotes mendicantes (da deusa Cibele) e charlatães errantes. São esses que, sob o pretexto de serem piedosos e detentores de um conhecimento superior, apontam os deuses e os *daimones* como responsáveis pelas enfermidades de que sofrem os humanos, bem como pelas respetivas curas; ao fazerem uso de purificações, encantamentos e sacrifícios, pretendem aplacar o agente ou os agentes que se encontram na origem da corrupção corporal.

Ora, aquilo que está em causa na medicina e na patologia hipocráticas é precisamente o esforço de demonstrar que a conceção fetichista da saúde e da doença humanas é, na verdade, ímpia e profana, assim como desajustada. Nesse sentido, acaba por ser simultaneamente uma reformulação do pensamento religioso da Antiguidade e a instituição da medicina propriamente dita, agora compreendida como investigação racional das causas naturais das doenças: as entidades sobrenaturais são preteridas a favor dos humores (sangue, fleuma, bílis amarela e bílis negra ou melancolia), de cujo equilíbrio depende a saúde e que podem ser influenciados quer por causas internas (deficiências orgânicas), quer por causas externas (*e.g.*, alimentação, traumas, águas contaminadas), e de tratamentos baseados na observação, na experiência, e, sobretudo, no conhecimento da natureza do corpo.

Apesar de ter mudado muito ao longo dos séculos, e desde o tempo de Hipócrates, a patologia permaneceu sempre como um sistema de conhecimento usado para tirar conclusões acerca da enfermidade. Validada pela ciência e pela filosofia de cada época, constitui-se como: etiológica, na medida em que procura explicar o sofrimento pelas suas causas; diagnóstica, porquanto procura identificar e categorizar a enfermidade de que se sofre; prognóstica, ao justificar o curso de determinados tratamentos mediante a previsão dos resultados; e probatória, na verificação da razoabilidade do curso de ação que foi seguido na terapêutica, pelo que é assim, também, autótica, no sentido em que vê pelos seus próprios olhos e depende da observação na primeira pessoa, *i.e.*, do testemunho ocular do patologista.

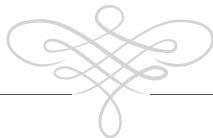
Jacalyn Duffin, na sua obra *History of Medicine: A Scandalously Short Introduction*, apresenta três teorias fundamentais da



Capa de *History of Medicine. A Scandalously Short Introduction* (1999), de Jacalyn Duffin.

doença com que a medicina e a patologia trabalham ao longo da sua história: a orgânica, a ontológica e a fisiológica. De acordo com o modelo orgânico, as doenças são más, descontínuas, e afetam os indivíduos; porém, e apesar de se focar naquele que sofre de uma doença, este modelo é insuficiente no que concerne à explicação das causas da doença. Já o modelo ontológico defende que as doenças são diferentes umas das outras e existem independentemente do indivíduo, uma vez que são provocadas por causas externas – a doença existe enquanto ente separado. Por outro lado, o modelo fisiológico sustenta que as causas são internas ao próprio organismo doente, ou seja, as doenças não existem enquanto entes separados dos indivíduos afetados. Esses modelos, acrescenta o autor, fazem-se acompanhar, na contemporaneidade,

de uma distinção – já de si antiga, mas pensada noutros termos – entre doença e enfermidade: por doença, deve entender-se o conjunto de ideias médicas sobre a enfermidade (sofrimento individual) e não a própria enfermidade enquanto tal. Da mesma maneira, e a propósito, não se deve confundir patologia com enfermidade, pese embora algum mau uso dos termos. Isto significa, então, que os conceitos da doença, construídos a partir de observações feitas a muitos indivíduos de natureza similar, são precisamente isso – conceitos. A doença, enquanto distinta de enfermidade, é a teoria construída para explicar a enfermidade, e são as doenças, no plural, quer dizer, as diferentes teorias ou complexos organizados de saber, que compõem a patologia. De sorte que daqui resulta o seguinte: a patologia é uma representação, mais especificamente uma representação do sofrimento individual (ou seja, da dor e da corrupção do corpo) e das causas que o provocam, dependente da experiência, da observação e da interpretação do médico. Trata-se, essencialmente, do cumprimento do programa contido no 1.º aforismo de Hipócrates: “A vida é breve, a arte é longa, a ocasião passageira, a experiência traiçoeira, o juízo difícil” (*Hippocrates*, 1959). Enquanto forma eficaz de saber que intervém num determinado campo de realidade (a saber, o corpo humano, o indivíduo doente) – ou enquanto pretensão disso –, a medicina (e, com ela, a patologia) procura superar, de alguma maneira, as limitações a que se encontra sujeita, ou, para dizer melhor, as circunstâncias da vida humana que impedem a constituição de um saber rápido e imediato acerca da doença e da enfermidade: a formulação de um juízo é difícil porque a especialização do saber em questão é demorada e o próprio saber é extraordinariamente extenso, ao mesmo



tempo que os meios de que dispomos são falíveis. Temos indícios de que assim é, por um lado, na enorme dificuldade que tem a patologia em distinguir, com precisão, entre o normal e o anormal, ou seja, em fixar uma natureza a ser encontrada em todos os casos, e, por outro, na sua longa história.

Depois do abandono das descrições sobrenaturais a favor das descrições naturais (científicas), nomeadamente da patologia hipocrática, que descrevia, previa, interpretava e justificava a doença segundo a teoria humoral, o grande marco na história do pensamento médico e patológico (respeitante à patologia) foi Galeno (129-c. 210 d.C.), o médico nascido em Pérgamo cujas ideias dominaram a Europa até aos tempos modernos. O seu profundo estudo dos muitos saberes disponíveis, a extensão do seu trabalho e o diálogo permanente com a escola médica de Hipócrates e com as grandes escolas filosóficas herdeiras do platonismo e do estoicismo, para nomear apenas algumas, bem como as suas investigações em anatomia (circunscritas ainda, à época, a dissecações e vivisseccões de animais) levaram a que a sua influência se estendesse, inclusivamente, ao mundo árabe, onde o seu pensamento encontrou um fecundo acolhimento. Dos seus muitos trabalhos, destaca-se a obra *De Placitiis Hippocratis et Platonis Libri Novem* [*Sobre as Doutrinas de Hipócrates e Platão em Nove Livros*], na qual se encontra uma discussão absolutamente central para a medicina e a patologia da época, herdada de Platão, que era a da tripartição da alma (que Galeno defendia, em detrimento daquilo que considerava ser a tese monista dos estoicos).

No séc. IX, justamente no mundo árabe, encontramos Abu Bakr Muhammad ibn Zakariyya al-Razi, mais conhecido por Rasis (c. 854-c. 930), o médico e filósofo muçulmano que estabeleceu a distin-

ção clínica entre as duas grandes doenças febris que se faziam acompanhar de erupções cutâneas: a varíola e o sarampo. Uma das suas principais obras, intitulada *al-Hawi* (*Continens Liber*, em latim, *i.e.*, *Livro Abrangente*), com uma significativa extensão de notas médicas postumamente compiladas, foi traduzida para latim em 1280 com o objetivo de a difundir pelo mundo latino.

Posteriormente, no Renascimento, assistiu-se a um revivalismo de Hipócrates contra Galeno, e a uma recuperação da experimentação fisiológica, promovida pelo iatromecanismo e pela iatroquímica, quer dizer, pela redução (*i.e.*, recondução) do fenómeno vital a forças físicas e químicas, em que todas as manifestações de vida mais não são do que ações mecânicas governadas pelas leis da física. Compreende-se, assim, que uma das principais inovações diagnósticas deste período tenha sido a uroscopia, que analisava as propriedades químicas da urina para auxiliar o diagnóstico.

De entre os autores renascentistas, merece especial destaque Antonio Benivieni (1443-1502), responsável pela preeminência da patologia enquanto especialidade separada. A sua obra *De Abditis Nonnullis ac Mirandis Morborum et Sanationum Causis* [*Sobre Algumas Causas Desconhecidas e Surpreendentes das Doenças e Tratamentos*] foi publicada postumamente em 1507; contém o registo de 111 casos médicos e autópsias.

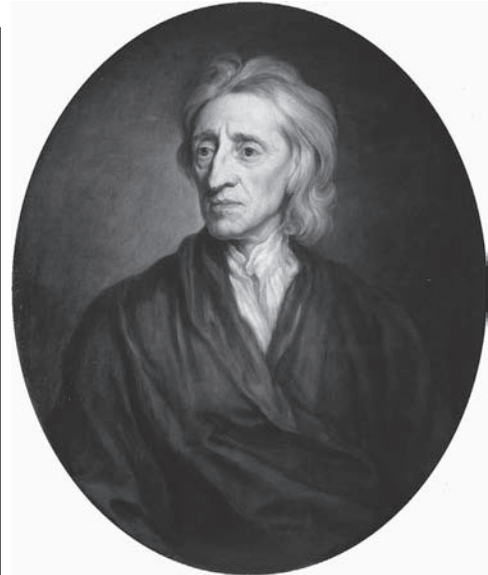
Chegada ao séc. XVII, a patologia recebeu nova contribuição decisiva, desta feita por Thomas Sydenham, “o Hipócrates inglês”. Além de ter ficado conhecido pela distinção que fez entre a escarlatina e o sarampo, este médico foi determinante para a fundação da epidemiologia e para o estudo da importância da observação nos casos clínicos e dos perigos da teoria para a prática médica. O índice da

sua obra *Observationes Medicae* [*Observações Médicas*] terá sido escrito por John Locke, o renomado filósofo inglês, o qual, suspeita-se, seria também médico ou conhecedor das artes médicas, ainda que sem prática clínica atestada.

No séc. XVIII, a patologia sofre nova contribuição decisiva, desta feita motivada pelo estabelecimento sério da nosologia, que passa a classificar as doenças segundo árvores conceptuais com ramificações destinadas às classes, às ordens, aos géneros e às espécies de cada perturbação. Das personalidades representantes dessa área, destacam-se François Boissier de Sauvages e Philippe Pinel, de França, William Cullen, da Escócia, e Carolus Linnaeus, da Suécia.

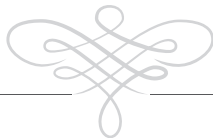
Feita a olho nu até 1830, a anatomia patológica passou a ser ajudada, no séc. XIX, pelos avanços tecnológicos do microscópio. Pouco tempo depois, cerca de 1880, a teoria dos germes como agentes externos responsáveis pelas agressões aos organismos foi comprovada e o modelo ontológico adquiriu particular preeminência, sobretudo com os estudos e as experiências de Louis Pasteur, Joseph Lister e Robert Koch (prémio Nobel em 1905). Os postulados deste último passaram a determinar as orientações das pesquisas médicas a respeito dos micro-organismos: o organismo em causa teria de ser encontrado em todos os casos; ser isolado e cultivado numa cultura pura; produzir a mesma doença quando injetado em animais; e ser recuperado em todos os casos experimentais. Depois da descoberta da estrutura do ADN, em 1952, a genética levou a que o modelo seguido nos sécs. XX e XXI fosse uma combinação entre o ontológico e o fisiológico.

No que diz respeito a Portugal, e à patologia em particular, é também difícil separar a evolução desta da evolução da própria medicina. Na origem dos



John Locke (1632-1704).

estudos de medicina estão as ordens religiosas, responsáveis pela receção, apropriação e transmissão (sob a forma de ensino e prática) dos textos médicos clássicos, desde logo a partir do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, que inaugurou um hospital escolar no séc. XII. O Rei D. Dinis, no séc. XIII (1288 ou 1289), contribuiu decisivamente para o trabalho que tinha sido iniciado ao permitir a fundação do Estudo Geral de Lisboa, fundação essa confirmada em 1290 pelo Papa Nicolau IV com a bula *De Statu Regni Portugaliae*, no mesmo ano em que o Estudo se converte em Universidade; aí passou a ser lecionada medicina de acordo com os estudos de Aristóteles sobre os animais e as obras conhecidas do *corpus hippocraticum* e do *corpus gallenicum*. Mais tarde, no séc. XV, conjugam-se duas iniciativas fundamentais: a construção do Hospital de Todos-os-Santos, em Lisboa, ordenada por D. João II, e a fundação das Misericórdias, para a qual contribuiu decisivamente a Rainha D. Leonor. No séc. XVI, destaca-se Garcia de Orta, cujos estudos sobre plantas providas



Rainha D. Leonor (1926), de José Malhoa.

da Índia se tornaram sobejamente conhecidos. Durante o séc. xvii, Portugal sofreu as consequências da presença e influência da Inquisição, bem como da expulsão dos judeus (muitos deles médicos). Essas consequências só não tiveram um impacto mais nefasto porque, no séc. xviii, algumas importantes personalidades influíram positivamente no progresso médico, mais especificamente no campo da patologia médica. Os nomes mais reconhecidos são Francisco Henriques, João Mendes Sachetti Barbosa, Simão Felix da Cunha, e António Nunes Ribeiro Sanches, com a sua obra *Tratado de Conservação da Saúde dos Povos* (1750). Este último recebeu, inclusive, um convite da parte do marquês de Pombal para empreender uma reforma do ensino médico na universidade portuguesa, para a qual foi fundamental não só o texto *Método de Aprender a Estudar a Medi-*

cina (1763), como também as investidas prévias de Luís António Verney contra o domínio jesuíta. Graças a essa reforma, a disciplina de patologia tornou-se obrigatória como parte integrante dos estudos em Medicina. Essa obrigatoriedade permaneceu, de uma maneira ou de outra, ao longo dos anos e até aos dias de hoje, nomeadamente, e para sublinhar apenas dois marcos, como componente dos estudos em cirurgia, a partir de 1815, e, nas últimas décadas do séc. xix, no ensino de patologia geral ministrado por José Tomás de Sousa Martins (1843-1897) na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa.

Bibliog.: DUFFIN, Jacalyn, *History of Medicine: A Scandalously Short Introduction*, Toronto/Buffalo/London, University of Toronto Press, 1999; *Hippocrates*, vols. II e IV, London/Cambridge, William Heinemann Ltd./Harvard University Press, 1959; LAKHANI, Sunil R. et al., *Basic Pathology: An Introduction to the Mechanisms of Disease*, 4.ª ed., s.l., Hodder Arnold, 2009; MAULITZ, Russell C., *Morbid Appearances: the Anatomy of Pathology in the Early Nineteenth Century*, Cambridge, Cambridge University Press, 2002; OLIVEIRA, A. J., *História da Medicina em Portugal: Apontamentos*, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1883; SILVA, J. Martins e, “Anotações sobre a história do ensino da medicina em Lisboa, desde a criação da universidade portuguesa até 1911 – 1.ª Parte”, *Revista da Faculdade de Medicina de Lisboa*, sér. III, vol. 7, n.º 5, 2002, pp. 237-249.

ÁLVARO ALMEIDA

